

dentro do perímetro urbano, cuja val-
or total da construção não exceda
de cr\$ 60.000,00 (Secenta mil cru-
zeiros).

Artigo 2º Fica aberto na Conta-
doria Municipal, um crédito es-
pecial de cr\$ 5.000,00 (cinco mil
cruzeiros) afim de cobrir as despesas
decorrentes com o fornecimento das
plantas a que se refere o artigo an-
terior.

s. Único - A cobertura da presente
crédito especial, se fará com parte
do saldo financeiro do exercício
anterior transferido para este ano.

Artigo 3º A presente lei entrará
em vigor na data de sua publica-
ção, revogadas as disposições em
contrário.

Prefeitura Municipal de Gr-
lândia, 25 de Julho de 1.956.

a) Orlindo Morandini - Prefeito
Municipal.

En Jaime Lôbo - Escriturário
da Receita e Despesa, nesta data à
registro.

Lei nº 236

Revogando o Decreto-Lei nº 2
de 8-4-1.941 que deu o nome
de "Parque Recreativo Adhe-
mar de Barros" o qual se

denominara "Parque Recreativo Municipal".
Arlindo Morandini, prefeito municipal de Orlando, usando das atribuições que me são conferidas por lei etc.

Fago saber que a Câmara Municipal decretou e eu promulgo a seguinte Lei:

Artigo 1º Fica revogado o decreto de lei nº 2 (dois) de 8 de Abril de 1941, que deu o nome de Parque Recreativo Adhemar de Barros.

Artigo 2º Revogado o referido decreto, aquele logradouro público passará a chamar-se Parque Recreativo Municipal.

Artigo 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Orlando, 6 de Agosto de 1956.

a) Arlindo Morandini.

Prefeito Municipal

En Jaime Sordi, Escriturário da Receita e Despesa, nesta data registrei. *Mário Braude*